

<div><div><div><div><div><div></div><div>R.</div><div>P.</div></div><div><div><div></div><div></div><div></div></div></div><div><div><div>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS</div><div>AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA</div><div>DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS</div></div><div><div></div><div>MODELO 3</div></div></div></div></div></div></div>		<div>Comprovativo de Entrega da Declaração Modelo 3 de IRS Via Internet</div> <table><tr><td>Ano</td><td>2023</td><td colspan="8"><div>Elementos para validação do Comprovativo</div><div>N.º de Contribuinte: 214401278</div><div>Cód. Validação: VUGCUFYOOUGH</div><div><small>Para validar este comprovativo aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, opção "Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento" e introduza o n.º de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.</small></div></td></tr><tr><td>Identificação da Declaração</td><td>3476-J0469-10</td><td colspan="8"></td></tr><tr><td>Data de Receção</td><td>2024-04-25</td><td colspan="8"></td></tr></table>										Ano	2023	<div>Elementos para validação do Comprovativo</div> <div>N.º de Contribuinte: 214401278</div> <div>Cód. Validação: VUGCUFYOOUGH</div> <div><small>Para validar este comprovativo aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, opção "Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento" e introduza o n.º de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.</small></div>								Identificação da Declaração	3476-J0469-10									Data de Receção	2024-04-25								
Ano	2023	<div>Elementos para validação do Comprovativo</div> <div>N.º de Contribuinte: 214401278</div> <div>Cód. Validação: VUGCUFYOOUGH</div> <div><small>Para validar este comprovativo aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, opção "Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento" e introduza o n.º de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.</small></div>																																							
Identificação da Declaração	3476-J0469-10																																								
Data de Receção	2024-04-25																																								

3	NOME DO SUJEITO PASSIVO									
Sujeito Passivo A					NIF			DEFICIENTE		
CARLA MARGARETH DA SILVA RIBEIRO					01214401278			GRAU60 %F.A.		

4	ESTADO CIVIL DO SUJEITO PASSIVO									
Casado01XUnido de facto02Solteiro, divorciado ou separado judicialmente03Viúvo04Separado de facto05										

5	OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO CONJUNTA DOS RENDIMENTOS									
A1. Se assinalou os campos 01 (casado) ou 02 (unido de facto) do quadro 4, indique se ambos os cônjuges ou unidos de facto optam pela tributação conjunta dos rendimentos: Sim01Não02X										
2. Se assinalou o campo 01 (Sim), identifique o sujeito passivo B:										
NOME DO SUJEITO PASSIVO					NIF			DEFICIENTE		
Sujeito Passivo B					03			GRAUF.A.		
B3. Se assinalou o campo 04 (viúvo) do quadro 4 e ocorreu o óbito do cônjuge no ano a que respeita esta declaração, indique se opta pela tributação conjunta dos rendimentos Sim04Não05										
4. Se assinalou o campo 04 (Sim), preencha o NIF do cônjuge falecido										
SOCIEDADE CONJUGAL - ÓBITO DE UM DOS CÔNJUGES NO ANO A QUE RESPEITA A DECLARAÇÃO					NIF			DEFICIENTE		
Cônjuge falecido					06			GRAUF.A.		

6	AGREGADO FAMILIAR									
ASe assinalou os campos 02 ou 05 do quadro 5 (NÃO opta pela tributação conjunta dos rendimentos), indique o NIF do cônjuge / unido de facto / cônjuge falecido (ano do óbito)01199402523										
BDEPENDENTES										
DEPENDENTES										
NIF		DEFICIENTES GRAU	NIF		DEFICIENTES GRAU	NIF		DEFICIENTES GRAU		
D1242754775			D2256412170			D3				
D4			D5			D6				
AFILHADOS CIVIS										
NIF		DEFICIENTES GRAU	NIF		DEFICIENTES GRAU	NIF		DEFICIENTES GRAU		
AF1			AF2			AF3				
DEPENDENTES EM GUARDA CONJUNTA										
NIF		DEFICIENTES GRAU	Resp. parentais exercidas por:	NIF do outro sujeito passivo		Integra agregado SP	Outro SP	Partilha de despesas %	Residência Alternada	
DG1									Sim01Não02	
DG2									Sim01Não02	

C	DEPENDENTE EM ACOLHIMENTO FAMILIAR (DL N.º 139/2019, DE 16/09)														
Se, no ano a que respeita a declaração, teve algum dependente, identificado no Q6B, em situação de acolhimento familiar, nos termos do Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16/09, indique:															
Dependente		Período do acolhimento						Dependente		Período do acolhimento					
		Data de início			Data de fim					Data de início			Data de fim		
		Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia			Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia

7	ASCENDENTES, COLATERAIS E FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO									
AASCENDENTES EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM O SUJEITO PASSIVO					BOUTROS ASCENDENTES E COLATERAIS ATÉ AO 3.º GRAU					
NIF		DEFICIENTES - GRAU			NIF					
AS1					AC1					
AS2					AC2					
C	CRIANÇA OU JOVEM ACOLHIDO NOS TERMOS DO DL N.º 139/2019, DE 16/09									
Se, no ano a que respeita a declaração, acolheu alguma criança ou jovem, nos termos do Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16/09, indique:										
NIF da criança ou jovem		NIF do titular responsável pelo acolhimento familiar		Período do acolhimento						
				Data de início			Data de fim			
				Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	

8

RESIDÊNCIA FISCAL

A

RESIDENTES

Continente

01

X

R. A. Açores

02

R. A. Madeira

03

B

NÃO RESIDENTES

Não residente

04

Representante - NIF

05

País de residência

06

Se reside na União Europeia ou no Espaço Económico Europeu indique:

Pretende a tributação pelo regime geral

07

ou opta por um dos regimes abaixo indicados

08

Opção pelas taxas gerais do art.º 68.º do CIRS - Relativamente aos rendimentos não sujeitos a retenção liberatória - art.º 72.º, n.º 14, do CIRS

09

Opção pelas regras dos residentes - art.º 17.º-A do CIRS

10

Total dos rendimentos obtidos no estrangeiro

11

C

RESIDÊNCIA FISCAL PARCIAL

Se durante o ano deteve o estatuto de residente e de não residente, indique o período a que respeita esta declaração

Ano

Mês

Dia

de

Ano

Mês

Dia

a

9

REEMBOLSO POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

O Número de Identificação Bancária Internacional (IBAN) deve pertencer ao sujeito passivo A e/ou B

PT50001000003778705000156

Pretende que a AT associe este IBAN aos seus dados de identificação do NIF, caso ainda não esteja, para utilização em pagamentos de reembolsos e restituições a efetuar pela AT?

Sim

01

X

Não

02

10

NATUREZA DA DECLARAÇÃO

1.ª declaração do ano

01

X

Declaração de substituição

02

11

CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO

ENTIDADES BENEFICIÁRIAS

Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)

1101

NIF

IRS

IVA

Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 6, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)

1102

Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.ºs 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho)

1103

Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152.º do CIRS)

1104

Associações juvenis, de carácter juvenil ou de estudantes (Portaria n.º 798/2022, de 17 de novembro)

12

ANEXOS

Quantidade

ANEXOS

Quantidade

1

Anexo A

1

8

Anexo G1

2

Anexo B

9

Anexo H

1

3

Anexo C

10

Anexo I

4

Anexo D

11

Anexo J

5

Anexo E

12

Anexo L

6

Anexo F

1

13

Outros documentos

7

Anexo G

1

14

Anexo SS

13

PRAZOS ESPECIAIS

Prazo especial (n.º 2 do art. 60.º do CIRS)

01

Prazo especial (n.º 2 do art. 31.º-A do CIRS)

02

Prazo especial (n.º 7 do art. 44.º do CIRS)

03

Ano

Mês

Dia

Data do facto que determinou o prazo especial

04

Prazo especial (n.º 3 do art. 60.º do CIRS)

05

Rendimentos de anos anteriores (n.º 3 do art. 74.º do CIRS)

06

Se assinalou, o campo 06, indique:

Ano recebimento

Categoria dos rendimentos

Reinvestimento (art.º 10.º, CIRS) - suspensão prazo (n.º 6 do art.º 50.º, Lei 56/2023, de 6/10)

07

Comprovativo Mod.3 IRS: 214401278 / 2023 / 3476-J0469-10

Página 2 de 17

F	OPÇÃO PELO REGIME FISCAL DO ART.º 12.º-B DO CIRS - IRS JOVEM									
				Titular	Ano da conclusão do ciclo de estudos	Nível de qualificação do QNQ	Estabelecimento de ensino / País da conclusão do ciclo de estudos			
							NIF Português		Código do país	
Se reúne os pressupostos e requisitos do art.º 12.º-B do CIRS e mencionou rendimentos com o código 417, no Q4A, indique:										
Se reúne os pressupostos e requisitos do art.º 12.º-B do CIRS e mencionou rendimentos com o código 417, no Q4A, indique:										

G	REGIME FISCAL PREVISTO NOS N.ºs 9 E 10 DO ART.º 12.º DO CIRS - ESTUDANTES DEPENDENTES									
Para os dependentes mencionados no Q4A, com rendimentos identificados com o código 418, indique:										
Titular	Efetuiu a comunicação prevista no n.º 10 do art.º 12.º do CIRS	Identificação do estabelecimento de ensino que frequentou (ou o país)		Titular	Efetuiu a comunicação prevista no n.º 10 do art.º 12.º do CIRS	Identificação do estabelecimento de ensino que frequentou (ou o país)				
		NIF Português	Código do país			NIF Português	Código do país			

5	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLUÍDOS NO QUADRO 4									
A	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES (N.º 1 DO ARTIGO 74.º DO CIRS)									
NIF da entidade pagadora		Ano a que respeitam os rendimentos	Código dos rendimentos	Titular	Rendimentos		Número de anos (2019 e anteriores)			
600084779		2020	401	A	2.443,54					
600084779		2019	401	A	803,25					
B	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES - OPÇÃO PELO REGIME DO N.º 3 DO ARTIGO 74.º DO CIRS									
NIF da entidade pagadora		Ano a que respeitam os rendimentos	Código dos rendimentos	Titular	Rendimentos	Retenções na fonte	Contribuições	Quotizações sindicais		

6	PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DE STARTUPS ADQUIRIDAS NO ÂMBITO PLANOS DE OPÇÃO - ART.º 43.º-C DO EBF ALIENAÇÃO / PERDA DA QUALIDADE DE RESIDENTE / TRANSMISSÃO GRATUITA													
Se auferiu ganhos previstos no n.º 7 da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º do CIRS e ocorreu um dos momentos indicados no n.º 4 do artigo 43.º -C, do EBF, indique:														
Titular	NIF da entidade emitente	Código facto gerador	Alienação / perda qualidade residente / doação						Exercício do direito de opção					
			Ano	Mês	Dia	N.º Titulos	Valor unitário	Valor total	Ano	Mês	Dia	N.º Titulos	Valor unitário	Valor total

Opta pelo englobamento destes rendimentos? Sim **01** ☐ Não **02** ☐

F	OPÇÃO PELO REGIME FISCAL DO ART.º 12.º-B DO CIRS - IRS JOVEM									
				Titular	Ano da conclusão do ciclo de estudos	Nível de qualificação do QNQ	Estabelecimento de ensino / País da conclusão do ciclo de estudos			
							NIF Português		Código do país	
Se reúne os pressupostos e requisitos do art.º 12.º-B do CIRS e mencionou rendimentos com o código 417, no Q4A, indique:										
Se reúne os pressupostos e requisitos do art.º 12.º-B do CIRS e mencionou rendimentos com o código 417, no Q4A, indique:										

G	REGIME FISCAL PREVISTO NOS N.ºs 9 E 10 DO ART.º 12.º DO CIRS - ESTUDANTES DEPENDENTES									
Para os dependentes mencionados no Q4A, com rendimentos identificados com o código 418, indique:										
Titular	Efetuiu a comunicação prevista no n.º 10 do art.º 12.º do CIRS	Identificação do estabelecimento de ensino que frequentou (ou o país)		Titular	Efetuiu a comunicação prevista no n.º 10 do art.º 12.º do CIRS	Identificação do estabelecimento de ensino que frequentou (ou o país)				
		NIF Português	Código do país			NIF Português	Código do país			

5	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLUÍDOS NO QUADRO 4									
A	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES (N.º 1 DO ARTIGO 74.º DO CIRS)									
NIF da entidade pagadora		Ano a que respeitam os rendimentos	Código dos rendimentos	Titular	Rendimentos		Número de anos (2019 e anteriores)			
600084779		2022	401	A	141,12					
600084779		2021	401	A	1.334,99					
B	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES - OPÇÃO PELO REGIME DO N.º 3 DO ARTIGO 74.º DO CIRS									
NIF da entidade pagadora		Ano a que respeitam os rendimentos	Código dos rendimentos	Titular	Rendimentos	Retenções na fonte	Contribuições	Quotizações sindicais		

6	PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DE STARTUPS ADQUIRIDAS NO ÂMBITO PLANOS DE OPÇÃO - ART.º 43.º-C DO EBF ALIENAÇÃO / PERDA DA QUALIDADE DE RESIDENTE / TRANSMISSÃO GRATUITA													
Se auferiu ganhos previstos no n.º 7 da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º do CIRS e ocorreu um dos momentos indicados no n.º 4 do artigo 43.º -C, do EBF, indique:														
Titular	NIF da entidade emitente	Código facto gerador	Alienação / perda qualidade residente / doação						Exercício do direito de opção					
			Ano	Mês	Dia	N.º Titulos	Valor unitário	Valor total	Ano	Mês	Dia	N.º Titulos	Valor unitário	Valor total

Opta pelo englobamento destes rendimentos? Sim **01** ☐ Não **02** ☐

4.2	CONTRATOS DE ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO PERMANENTE QUE BENEFICIAM DO REGIME DE REDUÇÃO DE TAXA PREVISTO NO ART.º 72.º DO CIRS - Anos de 2019 e seguintes												
Número do contrato		Identificação matricial dos prédios				Titular	Rendas		Retenções na fonte	Arrendatário		Atualização da renda superior a 1,02?	
		Freguesia	Tipo	Artigo	Fração/Secção		Valor ilíquido	Natureza		NIF português	País	Sim	Não
												<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
												<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
												<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
												<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
												<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
												<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
												<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
												<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
												<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
												<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
												<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
TOTAIS							0,00		0,00				

Gastos suportados e pagos													
Campos	Após início do arrendamento						Com obras de conservação e manutenção						
	Conservação e manutenção	Condomínio	Imposto municipal sobre imóveis	Imposto do selo	Taxas autárquicas	Outros	Data de início do contrato de arrendamento		Data de início dos gastos		Valor		
							Ano	Mês	Ano	Mês			
TOTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							0,00

4.3		CONTRATOS DE DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DURADOURA / GASTOS SUPORTADOS E PAGOS / CESSAÇÃO DOS CONTRATOS																								
Contrato				Escritura pública ou documento particular						Identificação matricial dos prédios					Titular	Rendimento		Retenções na fonte			Atualização da renda superior a 1,02?		NIF morador(es)			
																					Sim	Não				
Número		Data de início			Data da celebração			Valor da caução			Freguesia	Tipo	Artigo	Fração/Secção		Valor ilíquido					Natureza			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
		Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia																	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
																				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					
																				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					
TOTAIS														0,00		0,00										
Gastos suportados e pagos																										
Gastos obrigatórios suportados e pagos														Cessação dos efeitos do DHD												
Campos	Conservação extraordinária						Condomínio						Outros						Ano	Mês	Dia	Motivo				
TOTAIS	0,00						0,00						0,00													

4.2A		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - CONTRATOS INSCRITOS NO QUADRO 4.2												
Campo do Q4.2		ELEMENTOS DO CONTRATO												
		Comunicação (Portaria n.º 110/2019, de 12/04)	Data de início			Data de termo			Data de início da última renovação			Data de fim da última renovação		
			Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia
4.2B		REDUÇÃO TAXA AUTÓNOMA POR LIMITE NO ACRÉSCIMO RENDA (n.º 24, artigo 72.º do CIRS)												
Contrato atual							Contrato anterior							
Campo do Q4.2		Valor renda associada ao contrato identificado no Q4.2					Número		Valor da renda associada					
5		SUBLOCAÇÃO												
Titular	Número	Contrato sublocação					Retenção na fonte	Atualização da renda superior a 1,02?		Sublocatário		Renda paga ao senhorio	NIF do senhorio	
		Data de início			Renda recebidas			Sim	Não	NIF português	País			
		Ano	Mês	Dia	Valor ilíquido	Natureza								
TOTAL		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
6		INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR												
A		IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS RECUPERADOS OU OBJETO DE AÇÕES DE REABILITAÇÃO												
Mencione os campos do quadro 4.1 respeitantes a imóveis recuperados ou objeto de ações de reabilitação com comprovação emitida por entidade competente, nos termos dos n.ºs 6 e 23 do art.º 71.º do EBF:														
01		02		03		04		05						
B		IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS QUALIFICADOS COMO LOJAS COM HISTÓRIA - Lei n.º 42/2017, de 14 de junho												
Mencione os campos do quadro 4.1 que respeitem a imóveis que tenham sido reconhecidos como "Lojas com História" (n.º 2 do art.º 59.º-I, do EBF):														
08		09		10		11		12						
C		IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS RÚSTICOS ARRENDADOS A ENTIDADES DE GESTÃO FLORESTAL (EGF) E A UNIDADES DE GESTÃO FLORESTAL (UGF)												
Mencione os campos do quadro 4.1 respeitantes a imóveis rústicos destinados à exploração florestal arrendados a EGF e a UGF (n.ºs 11 e 15 do art.º 59.º-G, do EBF):														
13		14		15		16		17						
D		IDENTIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO ENQUADRADOS NO PROGRAMA DE APOIO AO ARRENDAMENTO E PROGRAMAS MUNICIPAIS DE OFERTA PARA SUBARRENDAMENTO HABITACIONAL A CUSTOS ACESSÍVEIS E PARA ALOJAMENTO ESTUDANTIL												
Campo do Q4.1		N.º do contrato		Natureza do Programa		Campo do Q4.1		N.º do contrato		Natureza do Programa				
6001						6002								
E		IDENTIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE SUBARRENDAMENTO ENQUADRADOS NO PROGRAMA DE APOIO AO ARRENDAMENTO E PROGRAMAS MUNICIPAIS DE OFERTA PARA SUBARRENDAMENTO HABITACIONAL A CUSTOS ACESSÍVEIS E PARA ALOJAMENTO ESTUDANTIL												
Campo do Q5	N.º do contrato	Identificação matricial dos prédios				Natureza do programa	Campo do Q5	N.º do contrato	Identificação matricial dos prédios				Natureza do programa	
		Freguesia	Tipo	Artigo	Fração/Secção				Freguesia	Tipo	Artigo	Fração/Secção		
6101						6102								
F		IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS TRANSFERIDOS DE ALOJAMENTO LOCAL PARA ARRENDAMENTO												
Mencione os campos do Q4.1 respeitantes a rendimentos de contratos de arrendamento para habitação permanente cujos imóveis foram transferidos de alojamento local, nos termos do artigo 74.º-A do EBF:														
18		19		20		21								
G		OPÇÃO PELO ENGLOBAMENTO												
1 - Opta pelo englobamento dos rendimentos indicados nos quadros 4.1, 4.2, 4.3 e 5? Sim 06 Não 07 X														
2 - Se optou pelo englobamento (assinalou o campo														

7	RENDIMENTOS DE UP'S EM FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO E DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS EM SOCIEDADES DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO REGIME APLICÁVEL A PARTIR DE 1 DE JULHO DE 2015 - OPÇÃO ENGLOBALAMENTO				
	Titular	NIF da entidade emitente	Rendimento distribuído	Retenções na fonte	NIF da entidade retentora
7001					
7002					
7003					
7004					
7005					
7006					
7007					
7008					
7009					
7010					
TOTAL					

8	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLUÍDOS NOS QUADROS 4.1, 4.2, 4.3 e 5												
A	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES (N.º 1 DO ARTIGO 74.º DO CIRS)												
Quadro / Campo			Rendimento	Ano a que respeitam os rendimentos	N.º de anos (2019 e anteriores)	Quadro / Campo			Rendimento	Ano a que respeitam os rendimentos	N.º de anos (2019 e anteriores)		
8001						8002							
8003						8004							
8005						8006							
B	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES - OPÇÃO PELO REGIME DO N.º 3 DO ARTIGO 74.º DO CIRS												
Quadro / Campo			Ano a que respeitam os rendimentos	Rendimento	Gastos suportados e pagos	Retenções na fonte	Quadro / Campo			Ano a que respeitam os rendimentos	Rendimento	Gastos suportados e pagos	Retenções na fonte
8101							8102						
8103							8104						
8105							8106						

9	DEDUÇÃO À COLETA - ADICIONAL AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS [alínea I) do n.º 1 do art.º 78.º do CIRS]										
1 - Se no ano a que respeita a declaração foi liquidado Adicional ao IMI relativamente a imóveis que originaram rendimentos obtidos no âmbito de atividades de arrendamento ou hospedagem, indique:											
Quadro / Campo			Valor Patrimonial Tributário			Quadro / Campo			Valor Patrimonial Tributário		
9001				9011							
9002				9012							
9003				9013							
9004				9014							
9005				9015							
9006				9016							
9007				9017							
9008				9018							
9009				9019							
9010				9020							
TOTAL											
2 - Valor total da liquidação do Adicional ao IMI									9101		
3 - Valor tributável de todos os prédios urbanos de que é proprietário e sobre os quais incidiu o Adicional ao IMI									9102		

10	CONTRATOS CESSADOS QUE BENEFICIARAM DAS REDUÇÕES DE TAXA PREVISTAS NO ART.º 72.º DO CIRS / CESSAÇÃO DO ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA DE APOIO AO ARRENDAMENTO (PAA)/ CESSAÇÃO DO ENQUADRAMENTO NOS PROGRAMAS MUNICIPAIS DE OFERTA PARA ARENDAMENTO HABITACIONAL A CUSTOS ACESSÍVEIS (PMA) E PARA ALOJAMENTO ESTUDANTIL (PMAE)												
Regime Fiscal	N.º do contrato	Ano de início do benefício	Cessação do contrato / Enquadramento no PAA ou PMA				Identificação matricial dos prédios				Titular	Arrendatário / Subarrendatário	
			Ano	Mês	Dia	Motivo	Freguesia	Tipo	Artigo	Fração/Secção		NIF português	País
10001													
10002													
10003													
10004													
10005													

11	PAGAMENTOS POR CONTA					
	Titular	Valor	Titular	Valor	Titular	Valor
11001						

E ALIENAÇÃO ONEROSA DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS, QUE TENHAM ESTADO AFETOS À ATIVIDADE EMPRESARIAL E PROFISSIONAL, OCORRIDA ANTES DE DECORRIDOS TRÊS ANOS APÓS A SUA TRANSFERÊNCIA PARA O PATRIMÔNIO PARTICULAR (art.º 10.º, n.º 16 do CIRS)													
Titular		Transferência para património particular			Realização				Aquisição				
		Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Valor	Ano	Mês	Dia	Valor	
4501													
4502													
IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DOS BENS IMÓVEIS													
		Freguesia (código)			Tipo		Artigo		Fração / Secção			Quota-parte %	
Campo 4501													
Campo 4502													
F ALIENAÇÃO ONEROSA DE IMÓVEIS PARA HABITAÇÃO AO ESTADO, REGIÕES AUTÓNOMAS, ENTIDADES PÚBLICAS EMPRESARIAIS NA ÁREA DA HABITAÇÃO OU AUTARQUIAS LOCAIS													
Mencione os campos do quadro 4 respeitantes a imóveis para habitação alienados ao Estado, Regiões autónomas, EPE na área da habitação ou autarquias locais (art.º 71.º-A, n.º 7, do EBF)													
Campo do Q. 4		NIF da Entidade Adquirente			Campo do Q. 4		NIF da Entidade Adquirente		Campo do Q. 4		NIF da Entidade Adquirente		
9					10				11				
5 REINVESTIMENTO DO VALOR DE REALIZAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE													
A AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE DE OUTRO IMÓVEL, DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL E/OU RESPECTIVA CONSTRUÇÃO, OU AMPLIAÇÃO OU MELHORAMENTO DE OUTRO IMÓVEL E OU AQUISIÇÃO DE UM CONTRATO DE SEGURO, ADESAO INDIVIDUAL A UM FUNDO DE PENSÕES ABERTO OU CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PÚBLICO DE CAPITALIZAÇÃO (art.º 10.º, n.ºs 5, 6, 7 e 9 do CIRS)													
Ano 5001		Campo do quadro 4 5002		5003		5004		Ano 5021		Campo do quadro 4 5022		5023 5024	
INTENÇÃO DE REINVESTIMENTO							INTENÇÃO DE REINVESTIMENTO						
5005		Valor em dívida do empréstimo à data da alienação do bem referido no campo 5002, 5003 ou 5004					5025		Valor em dívida do empréstimo à data da alienação do bem referido no campo 5022, 5023 ou 5024				
5006		Valor de realização que pretende reinvestir (sem recurso ao crédito) na aquisição da propriedade de outro imóvel, de terreno para construção de imóvel e ou respectiva construção, ou na ampliação ou melhoramento de outro imóvel					5026		Valor de realização que pretende reinvestir (sem recurso ao crédito) na aquisição da propriedade de outro imóvel, de terreno para construção de imóvel e ou respectiva construção, ou na ampliação ou melhoramento de outro imóvel				
5012		Valor de realização que pretende reinvestir na aquisição de um contrato de seguro ou de uma adesão individual a um fundo de pensões aberto, ou ainda para contribuição para o regime público de capitalização					5036		Valor de realização que pretende reinvestir na aquisição de um contrato de seguro ou de uma adesão individual a um fundo de pensões aberto, ou ainda para contribuição para o regime público de capitalização				
REINVESTIMENTO EFETUADO							REINVESTIMENTO EFETUADO						
NA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE DE OUTRO IMÓVEL, DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL E/OU RESPECTIVA CONSTRUÇÃO, OU AMPLIAÇÃO OU MELHORAMENTO DE OUTRO IMÓVEL							NA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE DE OUTRO IMÓVEL, DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL E/OU RESPECTIVA CONSTRUÇÃO, OU AMPLIAÇÃO OU MELHORAMENTO DE OUTRO IMÓVEL						
ANTES DA ALIENAÇÃO							ANTES DA ALIENAÇÃO						
5007		Valor de realização reinvestido nos 24 meses anteriores à data da alienação (sem recurso ao crédito)					5027		Valor de realização reinvestido nos 24 meses anteriores à data da alienação (sem recurso ao crédito)				
5015		Valor de realização reinvestido há mais de 24 meses antes da data da alienação (sem recurso ao crédito) - suspensão da contagem do prazo por um período de 2 anos, com efeitos a 1 de janeiro de 2020 (n.º 6 do art.º 50.º da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro).					5039		Valor de realização reinvestido há mais de 24 meses antes da data da alienação (sem recurso ao crédito) - suspensão da contagem do prazo por um período de 2 anos, com efeitos a 1 de janeiro de 2020 (n.º 6 do art.º 50.º da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro).				
APÓS A ALIENAÇÃO							APÓS A ALIENAÇÃO						
5008		Valor de realização reinvestido no ano da alienação (após a data de alienação - sem recurso ao crédito)					5028		Valor de realização reinvestido no ano da alienação (após a data de alienação - sem recurso ao crédito).				
5009		Valor de realização reinvestido no primeiro ano seguinte (sem recurso ao crédito)					5029		Valor de realização reinvestido no primeiro ano seguinte (sem recurso ao crédito)				
5010		Valor de realização reinvestido no segundo ano seguinte (sem recurso ao crédito)					5030		Valor reinvestido no segundo ano seguinte (sem recurso ao crédito)				
5011		Valor de realização reinvestido no terceiro ano seguinte dentro dos 36 meses (sem recurso ao crédito)					5031		Valor reinvestido no terceiro ano seguinte dentro dos 36 meses (sem recurso ao crédito)				
5016		Valor de realização reinvestido após os 36 meses posteriores à data da alienação (sem recurso ao crédito) - suspensão da contagem do prazo por um período de 2 anos, com efeitos a 1 de janeiro de 2020 (n.º 6 do art.º 50.º da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro).					5040		Valor de realização reinvestido após os 36 meses posteriores à data da alienação (sem recurso ao crédito) - suspensão da contagem do prazo por um período de 2 anos, com efeitos a 1 de janeiro de 2020 (n.º 6 do art.º 50.º da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro).				
REINVESTIMENTO EFETUADO							REINVESTIMENTO EFETUADO						
NA AQUISIÇÃO DE UM CONTRATO DE SEGURO, DE UMA ADESAO INDIVIDUAL A UM FUNDO DE PENSÕES ABERTO OU CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PÚBLICO DE CAPITALIZAÇÃO							NA AQUISIÇÃO DE UM CONTRATO DE SEGURO, DE UMA ADESAO INDIVIDUAL A UM FUNDO DE PENSÕES ABERTO OU CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PÚBLICO DE CAPITALIZAÇÃO						
APÓS A ALIENAÇÃO							APÓS A ALIENAÇÃO						
5013		Valor de realização reinvestido no ano da alienação (no prazo de 6 meses após a data da alienação)					5037		Valor de realização reinvestido no ano da alienação (no prazo de 6 meses após a data da alienação)				
5014		Valor de realização reinvestido, no prazo de 6 meses, no ano seguinte após a data de alienação					5038		Valor de realização reinvestido, no prazo de 6 meses, no ano seguinte após a data de alienação				
A1 IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DO IMÓVEL OBJETO DE REINVESTIMENTO (NO TERRITÓRIO NACIONAL)													
		Freguesia (código)			Tipo		Artigo		Fração / Secção			Quota-parte %	
Campo 5007 a 5011													
Campo 5027 a 5031													
Se o reinvestimento ocorreu em território da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu indique o país (ver instruções)													
A2 INFORMAÇÃO RELATIVA À AQUISIÇÃO DE UM CONTRATO DE SEGURO, DE UMA ADESAO INDIVIDUAL A UM FUNDO E PENSÕES ABERTO OU A CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PÚBLICO DE CAPITALIZAÇÃO													
Campo do Q. 5A	Titular	Código	Ano	Mês	Valor	NIF Português	País	Número fical (EU ou EEE)	Beneficiário				
B AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO (art.º 11.º da Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro)													
5032		Campo do quadro 4				5034		Valor em dívida à data da alienação do bem referido no campo 5032					
5033		Ano do empréstimo				5035		Valor de realização utilizado na amortização do empréstimo					
6 ALIENAÇÃO ONEROSA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL [art.º 10.º, n.º 1, al. c), do CIRS]													
Titular		Valor de Realização				Valor de Aquisição				Despesas e Encargos			
6001													
6002													
SOMA													
7 CESSÃO ONEROSA DE POSIÇÕES CONTRATUAIS OU OUTROS DIREITOS RELATIVOS A BENS IMÓVEIS E CESSÃO ONEROSA DE DIREITOS SOBRE ESTRUTURAS FIDUCIÁRIAS INCLUINDO A CESSÃO ONEROSA DA POSIÇÃO DO BENEFICIÁRIO [art.º 10.º, n.º 1, alíneas d) e j), do CIRS]													
Titular	Cód.da operação	Valor de realização do direito			Valor de aquisição do direito		Titular	Cód.da operação	Valor de realização do direito			Valor de aquisição do direito	
7001							7003						
7002							7004						
SOMA							SOMA						
8 CESSÃO ONEROSA DE CRÉDITOS, PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES [art.º 10.º, n.º 1, al. h), do CIRS]													
Titular		Importância recebida			Valor nominal/Valor da aquisição		Titular		Importância recebida			Valor nominal/Valor da aquisição	
8001							8003						
8002							8004						
SOMA							SOMA						

9	ALIEAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS [art.º 10.º, n.º 1, al. b), do CIRS]													
Titular		NIF da entidade emitente	Código da operação	Realização				Aquisição				Despesas e encargos	País da contra-parte	
				Ano	Mês	Dia	Valor	Ano	Mês	Dia	Valor			
9001	A	503267015	G01	2023	11	27	123,47	2023	10	4	0,00	0,32	620	
SOMA				123,47				0,00				0,32		
A	ALIEAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS													
Campo do Q. 9		NIF da Sociedade		Campo do Q. 9		NIF da Sociedade		Campo do Q. 9		NIF da Sociedade				
9601				9602				9603						
B	ALIEAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS ADQUIRIDAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES ABRANGIDAS POR REGIMES DE NEUTRALIDADE FISCAL (art.º 10.º, n.ºs 10 e 11 e art.º 38.º, ambos do CIRS)													
Campo do Q. 9		NIF da Sociedade		Campo do Q. 9		NIF da Sociedade		Campo do Q. 9		NIF da Sociedade				
9701				9702				9703						
C	IMPORTÂNCIAS EM DINHEIRO RECEBIDAS NA PERMUTA DE PARTES SOCIAIS, FUSÃO OU CISÃO DE SOCIEDADE (art.º 10.º, n.º 12, do CIRS)													
Titular		NIF da entidade	Ano	Mês	Valor			Titular		NIF da entidade	Ano	Mês	Valor	
9801								9802						
D	INCENTIVOS À RECAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS (art.º 43.º-B, do EBF)													
Campo do Q. 9		NIF da Sociedade		% de part.	Campo do Q. 9		NIF da Sociedade		% de part.	Campo do Q. 9		NIF da Sociedade		% de part.
9901					9902					9903				
E	ALIEAÇÃO ONEROSA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS EM EGF - ENTIDADES DE GESTÃO FLORESTAL E UGF - UNIDADES DE GESTÃO FLORESTAL (art.º 59.º-G, n.ºs 6 e 15, DO EBF)													
Campo do Q. 9		NIF da EGF/UGF		Campo do Q. 9		NIF da EGF/UGF		Campo do Q. 9		NIF da EGF/UGF				
9951				9952				9953						

10	RESGATE/LIQUIDAÇÃO DE UP'S EM FUNDOS DE INVESTIMENTO E DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS EM SOCIEDADES DE INVESTIMENTO OPÇÃO PELO ENGOBAMENTO (com exceção das operações que devam ser incluídas no quadro 11)												
Titular		NIF da entidade emitente		Código	Rendimento			Retenções na fonte			NIF da entidade retentora		
10001													
10002													
10003													
10004													

11	FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO E SOCIEDADES DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ALIEAÇÃO E RESGATE/LIQUIDAÇÃO DE UP'S E DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS (Regime aplicável a partir de 1 de julho de 2015)												
A	ALIEAÇÃO												
Titular		NIF da entidade emitente	Código	Realização				Aquisição				Despesas e encargos	
				Ano	Mês	Dia	Valor	Ano	Mês	Dia	Valor		
11001													
11002													
11003													
11004													
B	RESGATE - OPÇÃO PELO ENGOBAMENTO												
Titular		NIF da entidade emitente		Código	Rendimento			Retenções na fonte			NIF da entidade retentora		
11201													
11202													
11203													
11204													

12	PERDA DA QUALIDADE DE RESIDENTE EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS (art.º 10.º-A do CIRS)										
A	PARTES SOCIAIS ADQUIRIDAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES ABRANGIDAS POR REGIMES DE NEUTRALIDADE FISCAL (art.º 10.º, n.ºs 10 e 11 e art.º 38.º, ambos do CIRS)										
<p>1 - Se no ano a que respeita a declaração ocorreu a transferência de residência para fora do território português, indique se é detentor de partes sociais adquiridas no âmbito de operações abrangidas pelos seguintes regimes de neutralidade fiscal:</p> <p>Permuta de partes sociais (art.º 10.º, n.º 10, do CIRS) Sim <input type="text" value="01"/> Não <input type="text" value="02"/></p> <p>Fusão e/ou cisão de sociedades (art.º 10.º, n.º 11, do CIRS) Sim <input type="text" value="03"/> Não <input type="text" value="04"/></p> <p>Entrada de património para a realização de capital de sociedade (art.º 38.º do CIRS) Sim <input type="text" value="05"/> Não <input type="text" value="06"/></p> <p>2 - Se assinalou o campo 05, indique se na data em que ocorreu a transferência da residência tinham decorrido, pelo menos, 5 anos desde a data em que ocorreu a entrada de património: Sim <input type="text" value="07"/> Não <input type="text" value="08"/></p> <p>Se assinalou o campo 01 e/ou 03, deve preencher o quadro B</p> <p>Se assinalou o campo 05 e o campo 07 deve igualmente preencher o quadro B</p>											
B	MAIS OU MENOS-VALIAS RELATIVAS A PARTES SOCIAIS ABRANGIDAS POR UM REGIME DE NEUTRALIDADE FISCAL										
	Titular	NIF da entidade emitente	Número de títulos	% Capital social	Realização			Aquisição			Despesas e encargos
					Ano	Mês	Valor	Ano	Mês	Valor	
	12001										
	12002										
	12003										
	SOMA										
C	LOCAL DA TRANSFERÊNCIA DA RESIDÊNCIA										
<p>3 - Se preencheu o quadro 12B, indique o local para onde transferiu a sua residência</p> <p>Estado membro da UE ou do EEE <input type="text" value="09"/> Outro território ou país <input type="text" value="10"/></p> <p>4 - Se preencheu o campo 09 e caso o saldo das operações discriminadas no quadro 12B seja positivo, indique a modalidade de pagamento pretendida (art.º 10.º-A, n.º 3, do CIRS)</p> <p><input type="text" value="11"/> Imediato [art.º 10.º-A, n.º 3, al. a), do CIRS] <input type="text" value="12"/> Diferido [art.º 10.º-A, n.º 3, al. b), do CIRS] <input type="text" value="13"/> Fracionado [art.º 10.º-A, n.º 3, al. c), do CIRS]</p>											
13	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS, WARRANTS AUTÓNOMOS E CERTIFICADOS [art.º 10.º, n.º 1, als. e) a g), do CIRS]										
	Código da operação	Titular	Rendimento líquido	País da contraparte	Código da operação	Titular	Rendimento líquido	País da contraparte			
	13001				13004						
	13002				13005						
	13003				13006						
	SOMA DE CONTROLO										
14	OUTROS INCREMENTOS PATRIMONIAIS [art.º 9.º, n.º 1, als. b), c) e e), do CIRS]										
	Código da operação	Titular	Rendimento	Retenções	NIF da entidade retentora						
	SOMA DE CONTROLO										
A	INCREMENTOS PATRIMONIAIS RELATIVOS A ANOS ANTERIORES										
A.1	INCREMENTOS PATRIMONIAIS DE ANOS ANTERIORES (N.º 1 DO ARTIGO 74.º DO CIRS)										
	Quadro / Campo	Ano a que respeitam os rendimentos	Rendimento	N.º Anos (2019 e anteriores)	Quadro / Campo	Ano a que respeitam os rendimentos	Rendimento	N.º Anos (2019 e anteriores)			
	14501				14502						
A.2	INCREMENTOS PATRIMONIAIS DE ANOS ANTERIORES - OPÇÃO PELO REGIME DO N.º 3 DO ARTIGO 74.º DO CIRS										
	Quadro / Campo	Ano a que respeitam os rendimentos	Rendimento	Retenções	Quadro / Campo	Ano a que respeitam os rendimentos	Rendimento	Retenções			
	14581				14582						
15	OPÇÃO PELO ENGLOBAMENTO										
<p>1 - Opta pelo englobamento dos rendimentos incluídos nos quadros 6, 8, 9, 12, 13 e 18, bem como dos rendimentos relativos a imóveis recuperados ou objeto de reabilitação (quadro 4A) e a imóveis rústicos alienados, em 2018, a EGF e a UGF (quadro 4C)? Sim <input type="text" value="01"/> Não <input checked="" type="text" value="02"/></p> <p>2 - Se optou pelo englobamento (assinalou o campo 01) e no ano a que a declaração respeita auferiu rendimentos do resgate/liquidação de unidades de participação em fundos de investimento ou de participações sociais em sociedades de investimento, preencha os quadros 10 e 11B.</p> <p>3 - Se não optou pelo englobamento (assinalou o campo 02) e mencionou no Q9 operações relativas a ativos detidos por um período inferior a 365 dias e o seu rendimento coletável for igual ou superior ao valor do último escalão do n.º 1 do artigo 68.º do CIRS, o saldo entre as mais valias e menos valias destes ativos será englobado, conforme dispõe o n.º 14 do art.º 72.º do CIRS.</p>											
16	PAGAMENTOS POR CONTA										
	Titular	Valor	Titular	Valor	Titular	Valor					
	16001										

17	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES												
Se assinalou o Q8B.C04 do rosto (Não Residente) e preencheu o Q4 ou o Q7, indique o total dos rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 22.º, al. a) do n.º 3 e n.º 10, do CIRS]													
1													

18	ALIENAÇÃO ONEROSA DE CRIPTOATIVOS QUE NÃO CONSTITUAM VALORES MOBILIÁRIOS												
A	ALIENAÇÃO ONEROSA DE CRIPTOATIVOS QUE NÃO CONSTITUAM VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS POR UM PERÍODO INFERIOR A 365 DIAS OU CUJO DETENTOR TENHA PERDIDO A QUALIDADE DE RESIDENTE EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS [art.º 10º, n.º 1, al. k), n.º 19 e n.º 22, do CIRS]												
TITULAR		ENTIDADE GESTORA		Realização				Aquisição				Despesas e encargos	País da contra-parte
		NIF Português	País	Ano	Mês	Dia	Valor	Ano	Mês	Dia	Valor		
SOMA													
B	ALIENAÇÃO ONEROSA DE CRIPTOATIVOS QUE NÃO CONSTITUAM VALORES MOBILIÁRIOS, INDEPENDENTEMENTE DO PERÍODO DE DETENÇÃO, QUANDO UMA DAS PARTES FOR NÃO RESIDENTE, MAS RESIDENTE FORA DA U.E. OU DO EEE E NÃO EXISTIR ADT APLICÁVEL [art.º 10º, n.º 1, al. k) e n.º 21, do CIRS]												
TITULAR		ENTIDADE GESTORA		Realização				Aquisição				Despesas e encargos	País da contra-parte
		NIF Português	País	Ano	Mês	Dia	Valor	Ano	Mês	Dia	Valor		
SOMA													

19	TRANSMISSÃO ONEROSA DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO OU DE IMÓVEIS HABITACIONAIS QUE NÃO SEJAM DESTINADOS A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE												
IMÓVEL ALIENADO		AMORTIZAÇÃO DE CAPITAL EM DIVIDA EM CRÉDITO À HABITAÇÃO DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO, DO SEU AGREGADO FAMILIAR OU DOS SEUS DESCENDENTES (Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro - art.º 50.º, n.º1)											
Campo do Q4	Valor amortização empréstimo	Titular	Nº fiscal descendente	Valor da amortização	Data da amortização			Identificação matricial do imóvel					
					Ano	Mês	Dia	Tipo	Freguesia (código)	Artigo	Fração / Secção	Quota-parte %	

C	DESPESAS DE SAÚDE, FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO, ENCARGOS COM IMÓVEIS E COM LARES										
C1	AGREGADO FAMILIAR										
<p>Em alternativa aos valores comunicados à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), pretende declarar as despesas de saúde, de formação e educação, os encargos com imóveis e os encargos com lares relativos ao agregado familiar?</p> <p>Sim 01 <input type="checkbox"/> Não 02 <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se assinalou o campo 01 (sim) deve preencher o quadro seguinte, inscrevendo todas as despesas suportadas pelo agregado familiar, por titular, incluindo aquelas cujos valores são iguais aos comunicados à AT. Note que ao exercer esta opção apenas serão consideradas as despesas inscritas neste quadro.</p>											
	Código Despesa/Encargo	Titular	Montante			Código Despesa/Encargo	Titular	Montante			
Se mencionou despesas referentes a refeições escolares (código 658 e ou 660), indique:											
	Titular	NIF do prestador de serviços			Titular	NIF do prestador de serviços			Titular	NIF do prestador de serviços	
	680				681				682		
C2	DEPENDENTES EM ACOLHIMENTO FAMILIAR										
<p>Caso tenha identificado dependentes em acolhimento familiar, no Q6C do rosto, indique se suportou despesas de saúde e de formação e educação relativamente aos referidos dependentes e ao(s) período(s) em que não estiveram confiados a família de acolhimento</p> <p>Sim 03 <input type="checkbox"/> Não 04 <input type="checkbox"/></p> <p>Se assinalou o campo 03 (sim), deve preencher o quadro seguinte, inscrevendo as despesas suportadas relativamente ao(s) período(s) em que os dependentes não estiveram confiados a família de acolhimento:</p>											
	Código Despesa/Encargo	Dependente	Montante			Código Despesa/Encargo	Dependente	Montante			
Se mencionou despesas referentes a refeições escolares (código 753 e ou 756), arrendamento de estudante deslocado (código 754 e ou 757) e ou despesas de formação e educação em Território do Interior / Região Autónoma (código 758), indique:											
	Dependente		NIF do prestador de serviços		NIF do locador		Código território interior / Região Autónoma				
	690										
	691										
7	INFORMAÇÃO RELATIVA A DESPESAS E ENCARGOS COM IMÓVEIS PARA HABITAÇÃO PERMANENTE, ARRENDAMENTO DE ESTUDANTE DESLOCADO E A DESPESAS DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO (TERRITÓRIO DO INTERIOR OU REGIÕES AUTÓNOMAS)										
	Natureza do encargo	Freguesia	Tipo	Artigo	Fração	Titular	NIF do arrendatário	NIF do mutuante/locador/proprietário	Código país	Código território interior / Região Autónoma	
Se indicou encargos com rendas de prédio destinado à habitação permanente (código 05 e ou 08) e beneficiou de apoio financeiro indique:											
	O seu valor anual 701					O NIF da entidade que o atribuiu 702					
8	ACRÉSCIMOS POR INCUMPRIMENTO DE REQUISITOS										
								À coleta	Ao rendimento		
	Pelo pagamento por empresas de seguros de quaisquer importâncias fora das condições legalmente previstas (ex-art.º 86.º, n.º 5, do CIRS e art.º 97.º, n.º 2, da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12)							801			
	Pela inobservância das condições legalmente previstas relativas a contribuições das entidades patronais para regimes de segurança social (art.º 18.º, n.º 2, do EBF)							802			
	Por atribuição de rendimentos ou reembolso de certificados ou planos individuais de poupança-reforma (PPR), poupança-educação (PPE) ou poupança-reforma / educação (PPR/E) (art.º 16.º, n.º 3 e art. 21.º, n.º 4, do EBF)							803			
	Pelo levantamento antecipado do valor capitalizado de planos de poupança em ações (PPA) (ex-art.º 24.º, n.º 4, do EBF e art.º 39.º, n.º 7, da Lei n.º 55-B/2004, de 30/12)							804			
	Pelo incumprimento das condições estabelecidas para subscrição dos planos de poupança em ações (PPA) (ex-art.º 24.º, n.º 7, do EBF e art.º 39.º, n.º 7, da Lei n.º 55-B/2004, de 30/12)							805			
	Pelo reembolso ou utilização para fins não legalmente previstos das importâncias entregues às cooperativas de habitação e construção (art.º 17.º, n.º 3, do ex-Estatuto Fiscal Cooperativo e art.º 87.º, n.º 2, da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12)							806			
	Pela inobservância das condições relativas às entregas para realização do capital social de cooperativa (art.º 17.º, n.º 4, do ex-Estatuto Fiscal Cooperativo e art.º 87.º, n.º 2, da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12)							807			
	SOMA DE CONTROLO (801 a 807)								0,00	0,00	

9	DEDUÇÕES AO RENDIMENTO										
A	INCENTIVOS À RECAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS (ART.º 43.º-B, do EBF)										
Titular		Entradas de capital em dinheiro		NIF da sociedade em que participa		Titular		Entradas de capital em dinheiro		NIF da sociedade em que participa	
		Ano	Valor					Ano	Valor		
901						903					
902						904					

10	DESPESAS DE SAÚDE E FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO SUPOSTADAS PELAS FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO						
NIF da criança ou jovem		Código Despesa/Encargo	Montante	NIF da criança ou jovem		Código Despesa/Encargo	Montante

Se mencionou despesas referentes a refeições escolares (código1003 e ou 1005), arrendamento de estudante deslocado (código 1007 e ou 1008) e ou despesas de formação e educação em Território do Interior / Região Autónoma (código 1006), indique:

Campo do Q10	NIF do prestador de serviços	NIF do locador	Código território interior / Região Autónoma	Campo do Q10	NIF do prestador de serviços	NIF do locador	Código território interior / Região Autónoma
10051				10052			